

RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?

Mayara Paiva de Souza

Resumo: O texto apresenta o relato de experiência acerca do projeto “Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?”, projeto desenvolvido como parte do conteúdo curricular previsto para a disciplina de História. As aulas foram desenvolvidas entre fevereiro e março de 2024 com uma turma de 3º semestre da 3ª etapa da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Educação de Goiás. O objetivo do projeto foi discutir sobre a presença dos povos indígenas na história do Brasil contemporâneo como povos de direito, povos que não “ficaram no passado”, mas que estão presentes e fazem parte ativa da nação brasileira. Desse modo, são apresentados os relatos de oito aulas de História do Brasil Republicano desenvolvidas com estudantes de faixa etária entre 18 e 79 anos e, além disso, apresentamos os resultados alcançados ao longo do desenvolvimento do projeto, resultados que evidenciaram que os indígenas são sujeitos históricos, de direito e contemporâneos em nosso país atual.

Palavras-chaves: República, indígenas, povo brasileiro, Constituição de 1988.

Introdução:

O ensino de História deve, cada vez mais, debruçar-se sobre as contribuições que podem oferecer e incentivar a memória dos segmentos sociais historicamente excluídos em uma perspectiva inclusiva e valorizadora da diversidade. Pois, como afirma Fonseca (2003, p. 29), “explorar esse território, contestá-lo e transformá-lo implica enfrentar uma temática óbvia para nós historiadores: a relação orgânica entre educação, memória e ensino de História”.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

É comum os materiais didáticos escolares transmitirem aos estudantes uma “imagem romântica” e/ou “primitiva” dos povos indígenas, como aqueles que vivem isolados nas florestas, reiterando estereótipos que não dialogam com o cenário contemporâneo desses povos, desde o primeiro contato com os colonizadores europeus. Entretanto, encontros e desencontros provocam mudanças, nunca saímos ilesos de tais processos. Quando falamos da História do Brasil, especificamente dos povos indígenas em contato com os colonizadores, com os jesuítas, bandeirantes, com sanitaristas, garimpeiros, agropecuaristas, dentre outros, é importante termos em vista que tais relações provocaram e ainda provocam mudanças em ambos os sujeitos envolvidos. Se, por um lado, os indígenas não foram vítimas passivas, por outro lado, não permaneceram intactos no contato com o outro. Diante da nova realidade, transformaram a si mesmos.

Dentre os muitos desafios encontrados na abordagem da questão indígena em turmas de Educação de Jovens e Adultos, certamente a maior barreira a ser transposta está no preconceito e nos mitos que ainda circulam nas salas de aula sobre tais povos. Outra visão comum que surge entre os estudantes da EJA é a da “ingenuidade” dos povos indígenas que “víviam” no Brasil, uma vez que se “submeteram” aos colonizadores, e a “destruição” de sua cultura após anos de invasões e explorações em sua terra nativa. Em contraste com a visão dos povos indígenas do passado como vítimas da ganância do invasor português, os mesmos estudantes costumam apresentar visões diferentes sobre os povos indígenas no cenário atual brasileiro enquadrando-os como deslocados dentro do contexto urbano, como se deixassem de ser indígenas. Desse modo, é importante pontuar que visões estereotipadas acerca dos povos indígenas no Brasil levam à necessidade de, nós professores, abordarmos a questão de forma crítica, de forma que provoque a reflexão e a transformação.

Dentro desse quadro, a partir de tal constatação entre as turmas de estudantes da EJA, observou-se a necessidade de trabalhar a História a partir da ideia dos encontros e desencontros entre sujeitos que pensam e se comportam de maneiras distintas. Entretanto, essa relação entre diferentes não deve ser concebida de forma dicotômica ou imutável. Como pontuou Wittmann (2015), quando se conta uma história, seja ela das missões jesuíticas no período colonial, seja das relações interétnicas entre imigrantes europeus e indígenas, os povos envolvidos em tais relações não devem ser descaracterizados, esvaziados de passado ou de futuro. Desse modo, é

importante que os estudantes percebam que da relação entre povos indígenas e não-indígenas surgiu algo novo e que está presente no Brasil contemporâneo.

Desse modo, durante o desenvolvimento do projeto “Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?”, desenvolvido com estudantes do ensino médio da EJA, pretendeu-se trazer abordagens e conceitos sobre a temática indígena no Brasil, retomando diálogos, problematizando visões pré-concebidas, trazendo novos olhares sobre conflitos e negociações que colocassem os indígenas como protagonistas de sua história e da história do Brasil.

Desenvolvimento do projeto em sala de aula:

Aula 1:

Tendo em vista o conteúdo curricular proposto para a turma do 3º semestre da 3ª etapa da Educação de Jovens e Adultos, para abordar a temática indígena no Brasil contemporâneo, optou-se por iniciar o projeto com a discussão e reflexão sobre o conceito de República. Desse modo, na primeira aula prevista para o desenvolvimento do projeto “Povos indígenas no Brasil contemporâneo” foi questionado aos estudantes:

- A. Você já ouviu falar em República? Em que contexto?
- B. O que é República?
- C. O Brasil, atualmente, é uma República?

Foram diversas as respostas a tais questões, todavia, de modo geral, os estudantes associaram a República à expressão “Presidente da República”, mesmo sem ter clareza sobre o significado do termo. Além disso, alguns estudantes fizeram associação do termo República à moradia estudantil. Diante de tais abordagens, foi apresentado aos estudantes um modelo de república estudantil, deste modo, a professora dialogou com os estudantes sobre qual a finalidade de uma república estudantil, como funciona, quais as principais vantagens e desvantagens de viver em uma república estudantil, dentre outros. Após tal reflexão, os estudantes concluíram que em uma república estudantil todos os moradores

devem pagar os mesmos valores pela moradia e, além disso, têm os mesmos direitos e deveres. Os estudantes concluíram, também, que geralmente há um administrador em uma república de estudantes, este deve zelar pelo funcionamento da moradia coletiva e pela garantia dos direitos e deveres de todos os moradores.

Diante da reflexão acerca da moradia estudantil, os estudantes foram questionados, novamente, sobre o conceito de República. Desse modo, a professora indagou: por que usamos a expressão Presidente da República? Por que nos referimos ao nosso país como República Federativa do Brasil? Um estudante respondeu que, assim como a moradia estudantil, “nosso país é morada de todos nós brasileiros, mesmo que tenhamos um representante que administre o país, este precisa trabalhar para garantir os mesmos direitos e deveres para todos os habitantes”. Diante da resposta do estudante e da colaboração dos colegas, a professora abordou a etimologia da palavra República e pontuou que esta significa “coisa pública”. Devido ao seu significado literal, o termo passou a designar um modo de governo no qual o Estado organiza-se com o objetivo de atender aos interesses de todos os cidadãos, em que o povo é soberano e o Estado governa por meio de representantes divididos em poderes distintos, isto é, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na sequência, todos os estudantes receberam impresso um verbete sobre o conceito de República:

República: [...] pode-se dizer que república é uma forma de governo que se distingue da forma monárquica. Tal distinção deve-se ao fato de que o fundamento do poder nas repúblicas não está associado a governo unipessoal e à sucessão dinástica, tal como nas monarquias, invariavelmente governadas por casas reais. [...] de modo geral a ideia contemporânea de república aproxima-se da de democracia, posto que está associada à soberania popular, exercida por meio da participação em eleições regulares, livres, competitivas e extensivas a todos os postos politicamente relevantes.

(LESSA, Renato. Confira o significado do termo República segundo o Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Editora Unesp, 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 fev. 2024.)

Após a leitura e reflexão sobre o verbete, a discussão foi conduzida pela seguinte questão: se a República está associada à soberania popular, como podemos definir o povo brasileiro? Tal questão ficou para os estudantes responderem em casa e apresentarem suas reflexões na próxima aula.

Aula 2:

A reflexão promovida na aula anterior sobre o conceito de República levou os estudantes a refletirem sobre o conceito de povo brasileiro. Dentre as diferentes respostas apresentadas pelos estudantes, destacamos:

Estudante 1: “o povo brasileiro é a população que nasceu no Brasil”.

Estudante 2: “o povo brasileiro é formado por diferentes povos, vindos de diferentes partes do mundo, mas principalmente por negros, índios e brancos”.

Estudante 3: “o povo brasileiro é miscigenado, mistura de vários povos”.

A leitura das respostas dos estudantes e a reflexão sobre as mesmas levou a turma a concluir que o povo brasileiro é um conjunto de populações que vieram para esse território por diferentes motivos e que construíram uma nação marcada pela heterogeneidade. Nesse ponto os estudantes citaram costumes diversos que herdamos dos africanos, dos europeus, dos indígenas e, até mesmo de asiáticos. Em seguida a professora retomou o conteúdo sobre a forma de chegada dos principais povos que compõem o povo brasileiro, conteúdo já estudado pelos estudantes nos anos anteriores. Para isso, a professora utilizou o recurso tecnológico por meio do programa *Google Earth* (disponível em: <https://earth.google.com>) e apresentou aos estudantes os possíveis caminhos para a chegada dos primeiros habitantes a ocuparem esse território, além de apresentar a rota das grandes navegações europeias e o tráfico de mão de obra escravizada para o Brasil. Após a visualização das diferentes rotas de chegada, e da retomada da abordagem sobre os primeiros habitantes

desse território, a professora fez as seguintes perguntas aos estudantes para que estes respondessem no caderno:

- A. Você é, já conheceu ou conhece um(a) indígena?
- B. Onde você acha que vivem os indígenas brasileiros?
- C. Que coisas você já ouviu falar sobre os povos indígenas do Brasil?

A turma do 3º semestre da 3ª etapa da EJA conta com estudantes vindos de diferentes regiões do Brasil para Goiás, chamou a atenção que os estudantes que vieram do norte conseguiram apresentar respostas em que evidenciaram um maior contato e conhecimento em relação aos povos indígenas, entretanto, a maioria dos estudantes que nasceram e, desde então, residem em Goiás, alegou que não teve contato algum com povos indígenas. Uma estudante chegou a questionar, “em Goiás tem índio?”. Alguns estudantes pontuaram que os indígenas brasileiros vivem no norte do país ou no estado de Mato Grosso, outros pontuaram que hoje em dia muitos indígenas vivem, tanto nas matas, quanto nas cidades. Ao relatarem o que já ouviram falar sobre os indígenas, muitos pontuaram que os indígenas atualmente têm muitos direitos, que há muito conflito em torno da terra indígena, que muitos já “se misturaram” nas cidades e usam “as coisas de brancos”, dentre outras. Para finalizar a aula, a professora solicitou que os estudantes pesquisassem em casa e trouxessem na semana seguinte, a relação dos principais povos indígenas de Goiás atualmente.

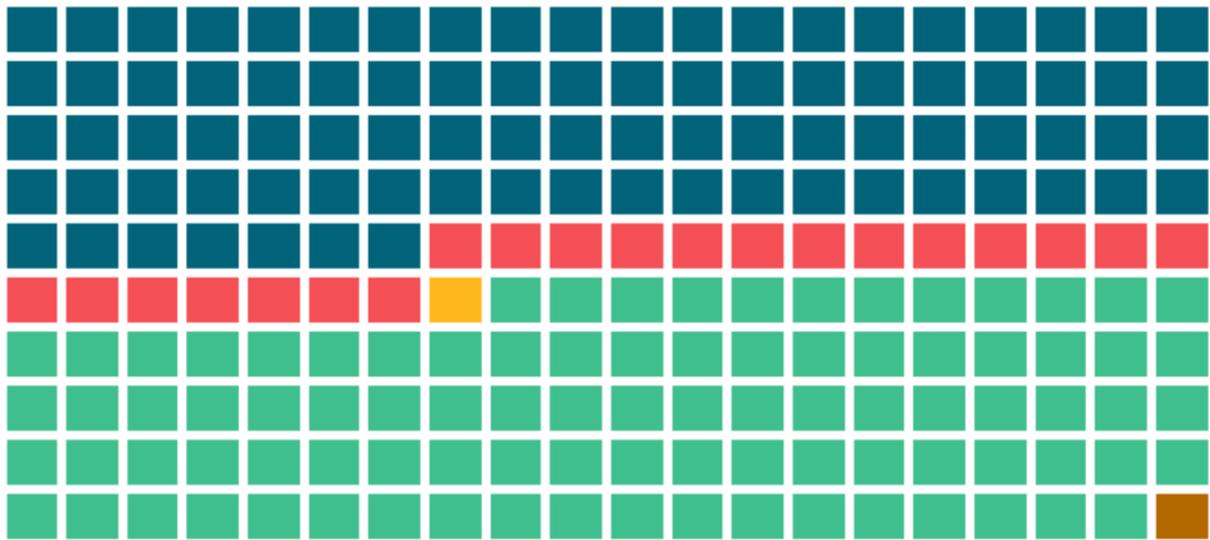
Aula 3:

A professora iniciou a aula com a seguinte pergunta aos estudantes:

Será que quase não existem mais indígenas no Brasil e daqui a alguns anos não vão existir mais nenhum?

Para responder à indagação, a professora apresentou, na TV, os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 acerca da população brasileira.

Cor ou Raça (cada bloco - 0.5%)



Branca: 88.252.121



Preta: 20.656.458



Amarela: 850.130



Parda: 92.083.286



Indígena: 1.227.642

Fonte: Censo Brasileiro de 2022, IBGE.

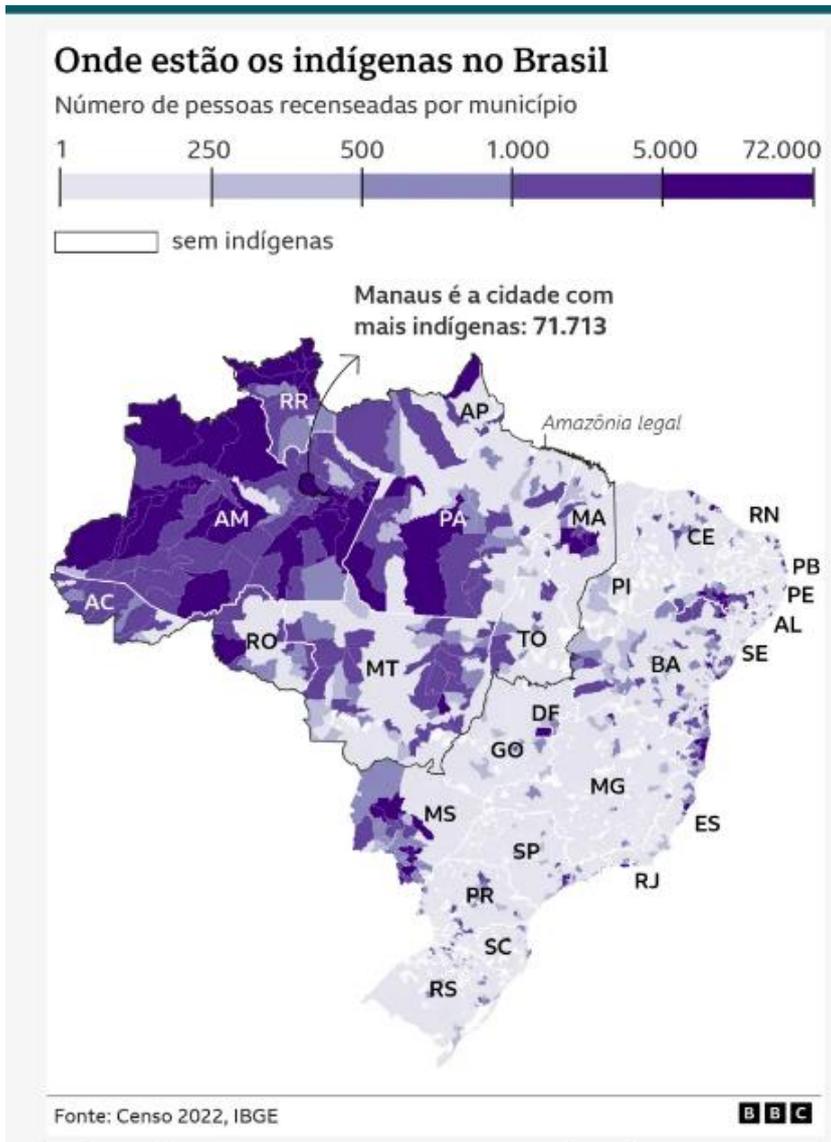
A partir do quadro apresentado pela professora, os estudantes observaram que o Brasil conta com 203.062.512 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2022. Dentre os mais de 203 milhões de brasileiros, a maioria se declara parda, isto é, mestiça. Na sequência a professora chamou a atenção para a população indígena que, de acordo com o censo de 2022, corresponde a pouco mais de 1 milhão e 200 mil habitantes. Em seguida foi apresentado aos estudantes o seguinte quadro:

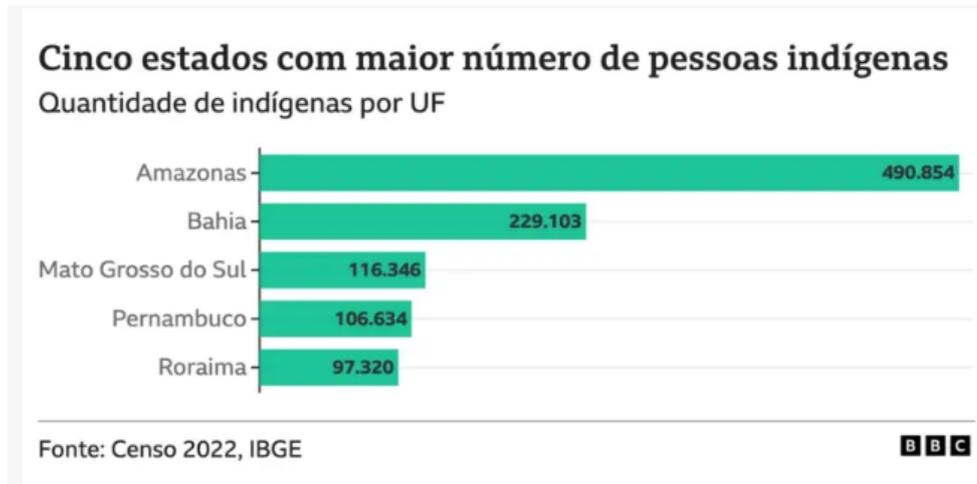
ano	pop ind/litoral	pop ind / interior	total	% pop total
1500	2.000.000	1.000.000	3.000.000	100,00
1570	200.000	1.000.000	1.200.000	95,00
1650	100.000	600.000	700.000	73,00
1825	60.000	300.000	360.000	9,00
1940	20.000	180.000	200.000	0,40
1950	10.000	140.000	150.000	0,37
1957	5.000	65.000	70.000	0,10
1980	10.000	200.000	210.000	0,19
1995	30.000	300.000	330.000	0,20
2000	60.000	340.000	400.000	0,20
2010	272.654	545.308	817.962	0,26

Fonte: AZEVEDO, 2013.

A partir da análise do quadro e das questões apresentadas pela professora, a turma concluiu que entre 1500 e 1980 a população indígena brasileira passou por um processo de diminuição no número de habitantes. No entanto, ao compararmos os dados do censo de 2010 com os dados de 2022, observou-se um crescimento do número de indivíduos que se autodeclararam indígenas. Todavia, a professora da turma pontuou que isso ocorreu, principalmente devido à mudança na pergunta realizada pelo IBGE, que deixou de questionar a cor do indivíduo, já que os indígenas responderiam em sua maioria como parda, e passou a questionar se a pessoa se considera indígena.

Em seguida, foi apresentado aos estudantes o seguinte mapa:

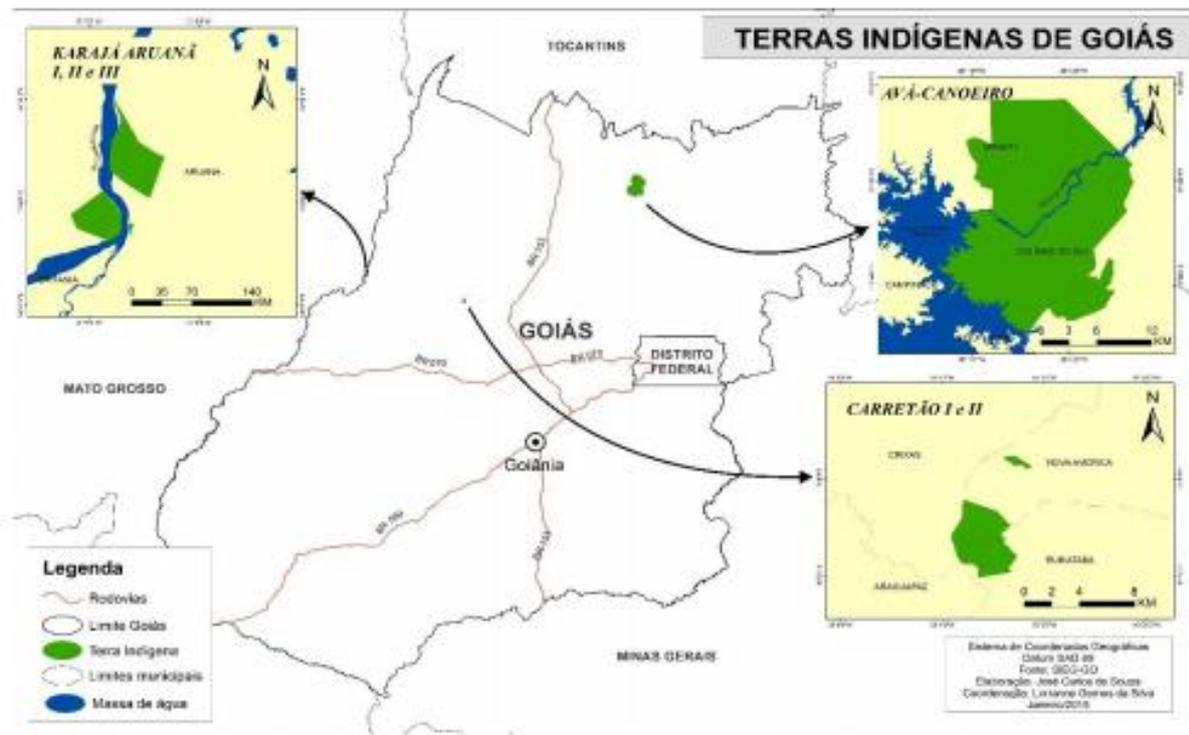




Ao observarem o mapa e o gráfico apresentados pela professora, os estudantes pontuaram que atualmente a maior parte da população indígena está localizada na região norte do país. Nesse momento a professora retomou o questionamento de uma estudante na aula anterior: “em Goiás tem indígenas?” Diante da questão, os estudantes observaram que, apesar de um número reduzido, conforme o mapa apresentado, há indígenas no estado. Desse modo, a professora solicitou que apresentassem os resultados da atividade encaminhada para casa na aula anterior, isto é, a pesquisa realizada pelos estudantes sobre os principais povos indígenas de Goiás atualmente. Os estudantes citaram os seguintes povos: Karajá, Tapuio e Avá-Canoeiro.

Na sequência a professora apresentou o seguinte mapa para a turma:

Terras Indígenas em Goiás



Fonte: SIEG/GO, 2015

A professora solicitou que os estudantes registrassem no caderno suas principais impressões sobre o mapa. Foram observadas respostas que pontuaram:

Estudante 1: “pouco terra indígena em Goiás”.

Estudante 2: “é quase invisível a terra indígena no mapa de Goiás.”

Estudante 3: “os índios foram eliminados no estado do agronegócio”.

Diante das respostas dos estudantes, a professora encerrou a aula pontuando que após anos de extermínio ao longo da história de Goiás, atualmente existem três terras indígenas em Goiás. Atualmente vivem em Goiás apenas três etnias indígenas: os Iny-Karajá, no município de Aruanã, com 305 pessoas; os Avá-Canoeiro, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, com 9 pessoas; e o povo Tapuio, nos municípios de Rubiataba e Nova América,

com aproximadamente 222 pessoas. Todavia, a professora pontuou que cerca de 20 mil pessoas se declararam indígenas em Goiás no censo de 2022, o que demonstra que a maioria dos indígenas de Goiás não vive em terra indígena.

Aula 4:

A professora iniciou a aula com a seguinte pergunta aos estudantes:

Será que existe muita terra para pouco índio?

Para abordar tal questão, foi lido de forma coletiva em classe o texto: “Muita terra para pouco índio?” (disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/quem-sao>). Em seguida a professora solicitou que os estudantes respondessem no caderno as seguintes questões:

- A. Qual o tema central do texto?
- B. Quais os principais entraves para a demarcação e garantia da manutenção das terras indígenas no Brasil?

A maioria dos estudantes conseguiu detectar com clareza o tema central do texto, isto é, a questão da demarcação das terras indígenas e os problemas que a implementação desse direito vem enfrentando desde a promulgação da Constituição de 1988, tais como a expansão do agronegócio e do garimpo ilegal.

Aula 5:

Após dialogar com os estudantes acerca da questão das terras indígenas abordada no texto da aula anterior, “Muita terra para pouco índio?” (disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/quem-sao>), a professora contextualizou a Assembleia Constituinte de 1987-88 e o esforço realizado no período para a inserção dos direitos dos povos indígenas do Brasil na Constituição brasileira de 1988. Nesse sentido, a professora dialogou com os estudantes que anteriormente à Constituição de 1988 havia uma ideia de que os indígenas deveriam ser integrados ao restante da população brasileira. Portanto, a ideia de povo

brasileiro “dissolveria” e “integraria” tais povos em um processo de assimilação. Entretanto, com o marco da Constituição de 1988 e a participação ativa dos povos indígenas que exigiam os seus direitos, a perspectiva de integração foi alterada para uma perspectiva de preservação e garantia de direitos de tais povos. Foi pontuado que os indígenas acamparam em Brasília e participaram das sessões da Constituinte para garantirem os seus direitos e acabarem com a tutela do estado sobre tais povos, que eram vistos como incapazes e fadados ao desaparecimento gradual.

A professora apresentou as seguintes fotografias da Assembleia Constituinte de 1987-88:



Indígenas assistem à sessão da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988



Indígenas celebram a votação do capítulo sobre seus direitos na Constituição de 1988.



Raoni e Kanhôc Kayapó mostram mapa de concessões minerais em terras Kayapó ao deputado Tadeu França, defronte ao Congresso, após a votação do capítulo dos índios na Constituinte. | Foto: Beto Ricardo/ISA.



Apresentação do mapa sobre mineração em terras indígenas. Foto: André Dusek/Agência AGIL.

As imagens levaram os estudantes a detectarem que os indígenas marcaram presença constante na Assembleia Constituinte de 1987-88 e, além disso, perceberam que uma das principais questões que mobilizou os indígenas na Constituinte foi a questão da demarcação de seus territórios e da garantia de seus direitos.

Além de declarar em seu artigo 5º que "todos são iguais perante a Lei, sem distinções de qualquer natureza", a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os indígenas são os primeiros e naturais habitantes desta terra. Portanto, esta é a fonte primária e congênita de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Além disso, como resultado da luta indígena pela garantia de seus direitos, historicamente negligenciados, foram promulgados os artigos 231 e 232 na Constituição brasileira. Para que os estudantes tivessem clareza sobre tais artigos, a professora apresentou-os à turma:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Foi solicitado que os estudantes preenchessem o seguinte quadro:

A partir dos artigos 231 e 232 da Constituição brasileira, registre no quadro abaixo o que é solicitado:

Direitos garantidos pela Constituição de 1988	A quem cabe garantir tais direitos

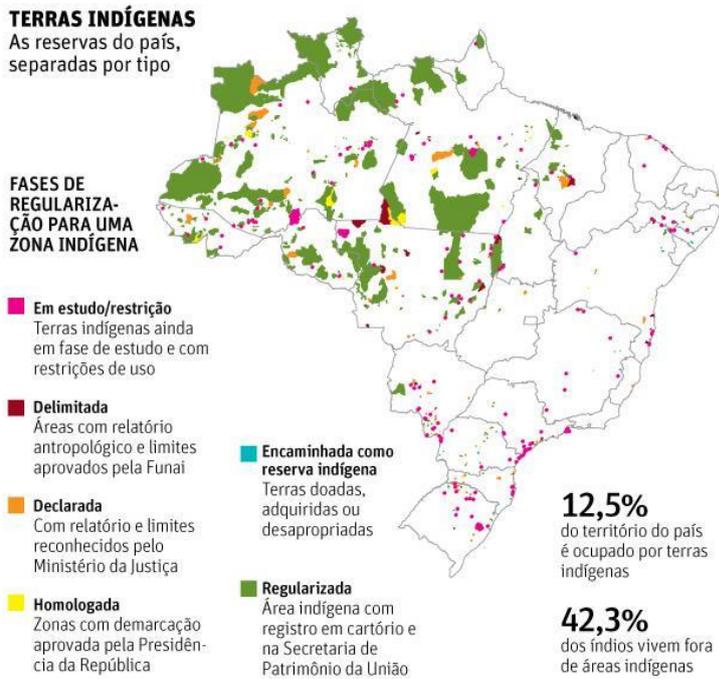
Os estudantes conseguiram elencar, com clareza, os direitos apontados nos dois artigos e a quem cabe, no âmbito legal, garanti-los. Deste modo, as respostas apontaram:

Direitos garantidos pela Constituição de 1988	A quem cabe garantir tais direitos
organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.	Cabe à União garantir esses direitos. Os indígenas podem recorrer ao Ministério Público.

Aula 6:

A professora iniciou a aula apresentando o mapa abaixo para os estudantes e retomou a pergunta geradora da aula 4:

Será que existe muita terra para pouco índio?



Fonte: FUNAI, 2017.

Os estudantes pontuaram:

Estudante 1: “pelo tamanho do Brasil, não tem tantas terras indígenas atualmente.”

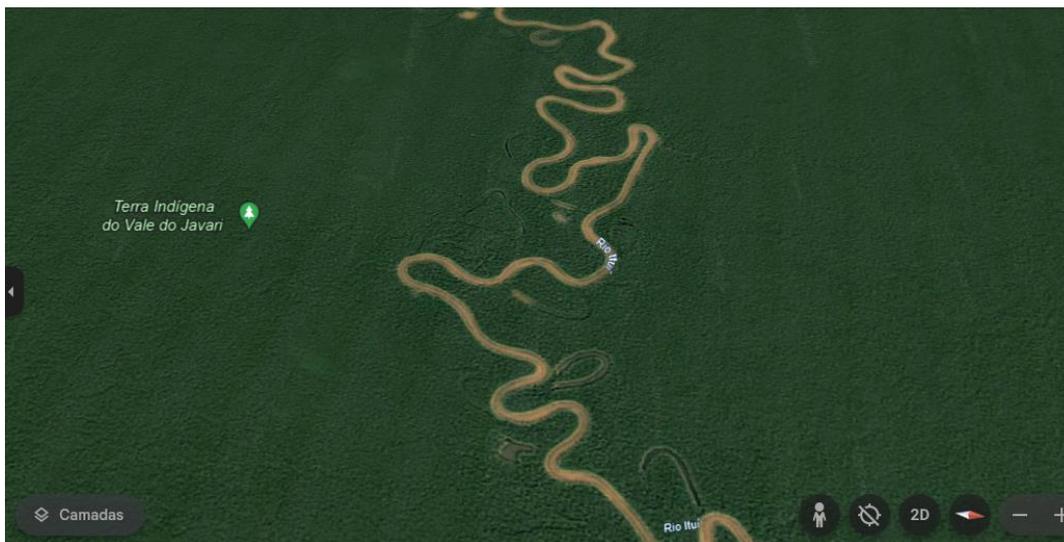
Estudante 2: “considerando que os indígenas eram donos de todo esse território, hoje eles contam com poucas terras.”

Estudante 3: “ a maioria das terras indígenas estão(sic) na região norte”.

A turma foi informada de que, de acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), há 247 territórios esperando pela regularização: 132 estão sob estudo, 48 estão delimitados e 67 tiveram declaração como terra indígena. Outros 12 receberam homologação, a última fase antes da demarcação, e 477 finalizaram a regularização.

A professora aproveitou o diálogo sobre a extensão das terras indígenas e projetou na TV o programa *Google Earth*, apresentando o mapa do Brasil atual, logo os estudantes pontuaram que as regiões onde há demarcação de terras indígenas continuam com parte da vegetação preservada e cercada por “clarões”, “clarões” que deduziram tratar-se de regiões desmatadas, o que a professora pontuou que geralmente são fruto da ação do garimpo ou do agronegócio. Durante esse diálogo, um dos estudantes lembrou a crise dos povos Ianomamis

em 2022 e 2023 devido ao garimpo ilegal; outro estudante pontuou o caso do assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips durante uma viagem ao Vale do Javari. Dentro desse quadro de debates, a professora localizou o Vale do Javari no *Google Earth* e destacou que esta é a segunda maior reserva indígena do Brasil. A observação das imagens levou os estudantes a pontuarem que esta é uma região de grande preservação da natureza:



Fonte: *Google Earth*, 2024.

Devido à preservação da região e a localização de tais terras, a professora pontuou que este é um território que tem atraído madeireiros, garimpeiros e, também, o narcotráfico, por fazer fronteira com Peru e Colômbia, tornando-se terra de conflitos e crimes que ameaçam a sobrevivência dos povos indígenas.

Diante da constatação de que as terras indígenas são “oásis” no Brasil atual e, desse modo, despertam o interesse do sistema capitalista, a professora lançou a seguinte pergunta marcada pelo senso comum e já mencionada por alguns estudantes no início do semestre:

Será que a sociedade não indígena é mais avançada, e por isso não tem muito o que aprender com os povos indígenas?

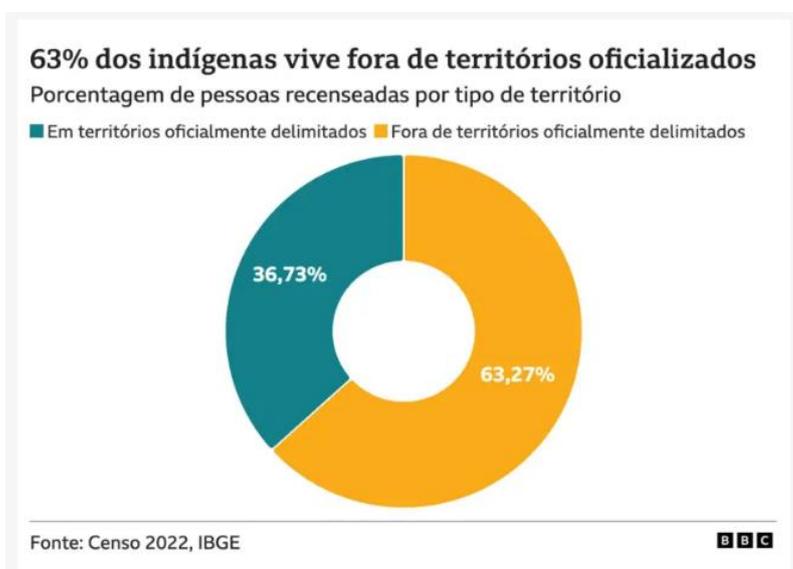
Aula 7:

A professora aproveitou o título do texto da aula 4, “Muita terra para pouco índio?” (disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/quem-sao>), para discutir com os estudantes a questão da utilização do termo indígena em vez de “índio”. Dessa forma, os estudantes assistiram ao vídeo: FÓRUM SOCIAL UFSB: Professor Edson Kayapó desmistifica conceitos indígenas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xv0QzmkQdw>.

Após a exibição do vídeo, os estudantes responderam à seguinte pergunta:

A. Por que o professor Edson Kayapó afirma que não deve ser chamado de índio, mas indígena?

Os estudantes demonstraram surpresa com a fala do professor Edson Kayapó, pois pontuaram que nunca tinham pensado na questão acerca do termo indígena. Desse modo, observaram que o termo ideal a ser utilizado é povos indígenas, uma vez que são diferentes povos e culturas. A professora informou que atualmente o Brasil conta com cerca de 266 povos indígenas falantes de cerca de 150 línguas. Esses povos se distribuem em terras indígenas, regiões rurais e urbanas. Para ilustrar tal abordagem, a professora exibiu o seguinte gráfico e o mapa para a turma:





Os estudantes pontuaram que os povos indígenas estão nesse território, de acordo com o vídeo, há mais de 12 mil anos, entretanto, apesar de terem passado, historicamente, por uma diminuição de sua população, os indígenas não são povos do passado, mas povos que fazem parte do Brasil contemporâneo.

Ainda sobre o vídeo exibido, a professora fez a seguinte pergunta:

B. Por que o professor Edson Kayapó afirma que a diversidade indígena foi transformada em desigualdade?

Logo os estudantes responderam que os indígenas, apesar de serem os primeiros habitantes dessas terras, não tiveram seus direitos respeitados ou garantidos e, até hoje, enfrentam problemas como a crise humanitária dos Ianomamis, assassinatos de indigenistas, exploração ilegal das terras indígenas por povos não indígenas, dentre outros. Dentro desse quadro, destacamos:

Estudante 1: “O professor ressaltou que, mesmo que os indígenas já estivessem aqui quando os europeus chegaram, não foram respeitados. O professor afirmou que os povos indígenas são diversos, por isso não podem ser tratados no singular, como “índio”. A diversidade indígena até hoje não tem sido respeitada, mesmo com a Constituição de 1988, por isso o professor destacou a desigualdade.”

Após a leitura das respostas dos estudantes, para encerrar a aula, a professora questionou: se somos uma República, por que nossa diversidade tem sido tratada de forma desigual?

Aula 8:

A professora iniciou a aula retomando o verbete sobre o conceito de República, desse modo, os estudantes rememoraram a discussão sobre tal conceito. Na sequência, a professora abordou a discussão da aula 1 acerca da relação entre o conceito de República e soberania popular, abordando, novamente, o conceito de povo brasileiro. A professora retomou, também, as respostas dos estudantes sobre a composição do povo brasileiro, além de questioná-los sobre quais as principais populações que formaram e formam esse povo. Em seguida colocou a seguinte questão no quadro: Se o Brasil é uma República, todas as populações que compõem o povo brasileiro têm sido tratadas com igualdade e equidade? A maioria dos estudantes respondeu que não e que, como tinham abordado nas aulas anteriores, os povos indígenas, por exemplo, apesar de terem os seus direitos garantidos na carta constitucional, na prática não tinham muitos desses direitos respeitados. Uma estudante citou que, além de terem suas terras invadidas, indígenas são mortos em conflitos com madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, dentre outros.

Diante das pontuações dos estudantes, a professora apresentou uma fotografia da posse do presidente da República em janeiro de 2023:



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante cerimônia de posse em Brasília. Tânia Rego/Agência Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/posse-do-lula-e-o-assunto-de-politica-mais-pesquisado-do-ano-no-google/>

Foi questionado aos estudantes o que percebiam com a imagem. A imagem simboliza algo para vocês? O que vocês veem?

Estudante 1: “o povo brasileiro.”

Estudante 2: “tentaram representar todo o povo brasileiro. Negro, indígena, branco, etc.”

Estudante 3: “tem deficiente, idoso, jovem, mulher, criança... acho que o governo quis mostrar as minorias sendo representadas pelo presidente.”

Estudante 4: “acho que tentou mostrar que o povo brasileiro é formado por todos, sem olhar cor, sexo, origem, etc.”.

Após dialogarem sobre o tema, os estudantes produziram textos com o tema: “Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?”

Textos que foram finalizados, lidos e comentados na aula seguinte.

Resultados

Para o diálogo sobre os resultados do desenvolvimento do projeto, **Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?**, partiremos da transcrição do texto produzido por uma estudante da turma:

Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?

O termo República remete ao latim antigo. Para os antigos romanos “Res pública” significava coisa pública, portanto, o termo está diretamente associado à soberania popular. Em uma República todo o povo deve ser representado, todos tem os mesmos direitos e deveres e devem ser tratados com igualdade e equidade.

O Brasil é, oficialmente, uma República e, em nossa Constituição, elaborada em 1988, afirma que todos nós, brasileiros, somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Mas, na prática, o Brasil é mesmo uma República? Os direitos de todos os brasileiros tem sido garantido?

Os povos indígenas, primeiros habitantes do Brasil, ao longo da história foram perseguidos e mortos pelas populações não indígenas e que buscavam riquezas como os primeiros colonizadores, os bandeirantes e, mais tarde, os garimpeiros, madeiros e agropecuaristas. Ao longo da história do Brasil, tribos inteiras desapareceram e foram massacradas pelos interesses e ambições dos povos que tomavam as terras dos indígenas.

Diante de tantas perseguições e conflitos em torno das terras habitadas pelos indígenas, em 1988 esses povos foram para Brasília lutar por seus direitos e exigir que o seu direito à terra e à existência fosse garantido na nova Constituição. Após o movimento popular e a pressão

desses povos, a Constituição estabeleceu a demarcação de terras indígenas, a proteção de seus direitos e cultura, além da responsabilidade do Estado em garantir e zelar por tais direitos.

De 1988 pra cá, não é bem isso que temos observado na trajetória indígena no Brasil. Pois são diversos os conflitos pela terra, muitos indígenas mortos ao tentarem proteger seu território e, por vezes, o abandono do Estado, como foi o caso do povo Yanomami, população assolada pela fome, após garimpeiros contaminarem os rios da região em que habitavam. Muitas crianças e idosos morreram de fome ou doenças causadas pelo mercúrio que contaminava os rios e peixes. O Estado os protegeu? Certamente não.

A posse do novo presidente do Brasil, Lula, com representantes do povo subindo a rampa, simbolizou uma tentativa de mostrar que seu governo o Brasil seria uma verdadeira República, onde todos são representados e respeitados. Lula até nomeou uma ministra indígena. Porém, no final do ano de 2023, ainda havia registro de mortes dos povos Yanomami no norte do Brasil por falta de assistência médica.

Apesar das tentativas do atual governo, acho que o Brasil ainda não chegou a ser uma verdadeira República. Povos indígenas, negros, mulheres, homossexuais e idosos continuam vulneráveis à violência de uma sociedade marcada, muitas vezes, pela ambição e pelo machismo.

A estudante conseguiu sintetizar em seu texto as principais questões abordadas ao longo das aulas de história durante o desenvolvimento do projeto proposto. Por ser uma turma de EJA, portanto uma turma bastante heterogênea, com estudantes com faixa etária entre 18 e 79 anos, optamos por abordar o tema de uma forma que os estudantes se sentissem inseridos na abordagem. Mesmo que nenhum estudante tenha se autodeclarado indígena, foi observado que eles conseguiram se enxergar na temática do projeto ao pensarem a República brasileira, a

ideia de povo, de minorias, ao discutirem sobre os indígenas de Goiás e ao analisarem a elaboração da Constituição brasileira, que contou com grande participação popular.

Durante as aulas, uma estudante com deficiência física e acompanhada pela mãe - que também é estudante da turma - relatou a experiência das duas ao buscarem a garantia de seus direitos, comparando sua saga à saga dos indígenas que lutaram na Constituinte por seus direitos e lutam até os dias atuais. Da mesma forma, uma estudante de 79 anos citou o seu sonho de estudar, sonho adiado por décadas, por não ter os seus direitos garantidos quando criança. A estudante, já idosa, faz questão de ir para a escola todos os dias de uniforme, já que não pôde fazê-lo em sua infância.

Os exemplos pessoais citados pelos estudantes apareceram em momentos em que a turma dialogava sobre direitos, sobre República e a história de nossa Constituição. Foi importante que os estudantes se enxergassem nesse lugar de sujeitos de direitos e, da mesma forma, conseguissem visualizar os indígenas, também, como sujeitos atuais e de direitos, não como sujeitos do passado, folclóricos e fadados ao desaparecimento, mas como sujeitos históricos, de direito e contemporâneos que, assim como todos os brasileiros, merecem respeito e o direito à vida.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Marta Maria. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany (Org.). Povos Indígenas no Brasil 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

FÓRUM SOCIAL UFSB: Professor Edson Kayapó desmistifica conceitos indígenas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xv0QzmkQdw>. Último acesso em: 25/03/2024.

IMAGENS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/isa-em-imagens/imagens-historicas> . Último acesso em 03/03/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LESSA, Renato. Confira o significado do termo República segundo o Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Editora Unesp, 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 fev. 2024.

PORTAL da Funai. Política indigenista. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Último acesso em: 12/02/2024.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante cerimônia de posse em Brasília. Tânia Rego/Agência Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/posse-do-lula-e-o-assunto-de-politica-mais-pesquisado-do-ano-no-google/>. Último acesso em: 13/03/2024.

SISTEMA Estadual de Geoinformação. Goiás, 2015. Disponível em: <https://goias.gov.br/imb/> . Último acesso em: 15/02/2024.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL . Muita terra para pouco índio? Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/quem-sao> . Último acesso em: 05/02/2024.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015